



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Contribuições do meio rural para o desenvolvimento sustentável: uma revisão da literatura brasileira

Ana Luiza Ferreira analuiza.ferreira89@gmail.com
Bruna Angela Branchi bbranchi@gmail.com

Resumo

O estudo do desenvolvimento sustentável a partir da importância do meio rural, especialmente no Brasil, é realizado neste texto através de uma pesquisa exploratória baseada em um grupo de artigos publicados entre 2004 e 2018. Estes artigos estão acomodados pelo objetivo de propor um instrumento quantitativo de síntese (índice) que possa ser usado para caracterizar o desenvolvimento rural. Neste artigo, após rever a discussão em torno da dificuldade de delimitar o meio rural, são discutidas as múltiplas dimensões do desenvolvimento rural. No estudo detalhado dos artigos selecionados foi possível observar que todos incluem os três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental). Houve uma predominância de autores que optaram por aplicar o conceito de sustentabilidade fraca, sem ponderar as diferentes dimensões no cálculo do índice. Os que elaboraram um índice ponderado, aplicaram a técnica da Análise Fatorial. Os instrumentos elaborados mostram confirmam como os índices sintéticos permitem uma fácil comunicação de diagnósticos e uma boa operacionalidade para orientar política de estímulo ao desenvolvimento local, coerentes com os Bellagio STAMP (SusTainability Assessment and Measurement Principles).

Palavras-chave: Desenvolvimento rural, Sustentabilidade, Índice multidimensional.

1. Introdução

A promoção do desenvolvimento sustentável se fundamenta numa visão de desenvolvimento global, multidimensional, que visa superar a dimensão puramente econômica. Pergunta-se sobre a contribuição do meio rural ao desenvolvimento sustentável. Nesta pesquisa exploratória, foi selecionado um conjunto de estudos aplicados que têm como objetivo comum a elaboração de um instrumento sintético de avaliação do desenvolvimento rural que permite evidenciar a natureza multidimensional do tema, assim como possibilita ressaltar sua importância na formulação de ações que visam promover o desenvolvimento.

A discussão da forma mais apropriada de avaliar os avanços rumo ao desenvolvimento sustentável vê, em geral, uma contraposição entre dashboard de indicadores e índice sintético multidimensional. A favor do primeiro há a dificuldade, se não a impossibilidade, de reduzir a um “simples” número um fenômeno tão complexo quanto o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, o segundo goza de uma capacidade de síntese que facilita a comunicação dos resultados, tanto prezada nos Bellagio Sustainability Assessment and Measurement Principles (PINTÉR et al., 2012).

Há, porém, autores como Boulanger (2008) demonstrando que as duas abordagens são menos contraditórias do que parecem. Discutindo das etapas para elaborar indicadores de sustentabilidade, Boulanger mostra que o que diferencia os dois é a agregação, já que a pondera-



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

ção pertence a ambos. Se na elaboração de um índice a ponderação deve ser explicitada e, portanto, justificada, quando se trabalha com um conjunto de indicadores a ponderação é implícita, as vezes nem percebida.

Partindo de uma síntese do debate em torno da definição de meio rural e sua caracterização, na segunda seção do artigo é discutido o conceito de desenvolvimento rural, evidenciando a sua natureza multidimensional. Enfim, será analisada a contribuição de um grupo de 10 artigos aplicados ao Brasil que focam na qualificação do desenvolvimento rural através da elaboração de um índice multidimensional.

2. Fundamentação teórica

2.1 Definindo o espaço rural

O adjetivo rural está normalmente associado ao espaço onde são desenvolvidas atividades agrícolas e pecuária (WILLIAMS, 2011). Porém, em um mundo em constante transformação, as mudanças afetam diretamente os espaços rural e urbano e, conseqüentemente, a relação entre eles. Por conta disso, é muito difícil criar um modelo específico que seja capaz de explicar e definir as características unívocas desses espaços.

Esse cenário ocasiona o surgimento de diversas teorias, complementares ou contraditórias. Para Alentejano (2003) é possível identificar duas bases teóricas principais: aquela que defende que hoje em dia não seja mais possível falar de rural e aquela que sustenta que o rural se reinventou e se reestruturou em um novo formato.

Nessa segunda vertente, a discussão sobre o tipo de relacionamento entre o meio rural e o urbano é fundamental. De acordo com Reis (2006, p. 3):

Os espaços rural e urbano não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente. Tais espaços se relacionam e se interpenetram, levando estudiosos a formular abordagens que considerem os diferentes níveis de integração ou distanciamento.

De acordo com Marques (2002) existem duas abordagens distintas: dicotomia e continuum.

A abordagem dicotômica representa um cenário de oposição entre campo e cidade, isto é, os meios são completamente diferentes entre si e suas características principais são sempre opostas umas às outras. A abordagem de continuidade entre os espaços rural e urbano enfatiza a intensidade das relações entre os dois em decorrência dos processos de industrialização e deslocalização para explicar como o meio rural se tornou uma continuação do urbano. A principal referência da abordagem dicotômica apresentada por Marques (2002) é o estudo realizado por Sorokin et al. (1981). Neste estudo que elucida essa diferenciação e caracterização dos espaços rurais e urbano. Desde então os meios rural e urbano continuaram sofrendo transformações, contudo, é de suma importância resgatar o entendimento inicial dessa diferenciação para que seja possível compreender de que forma a caracterização desses espaços muda conforme eles se transformam.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Eles definiram nove critérios para identificar e diferenciar os meios rural e urbano. O primeiro critério ressalta a diferença ocupacional, isto é, os espaços são definidos de acordo com as atividades econômicas neles exercidas. Mesmo que a agricultura tenha muita importância no meio rural, na geração de empregos e renda, é essencial que essa relação direta entre rural e agricultura não seja feita. Cada vez mais domicílios, sejam eles agrícolas ou não agrícolas, estão exercendo atividades que, anteriormente, eram atribuídas ao meio urbano. Sempre associado às atividades desenvolvidas, o segundo critério foca nas diferenças ambientais com a maioria dos trabalhadores rurais exercendo atividades ao ar livre, proporção maior que no meio urbano.

O terceiro e quarto critérios tratam de população e densidade populacional, respectivamente. Dado que as atividades agrícolas e pecuárias rurais necessitam de uma extensão territorial maior que as atividades normalmente realizadas no meio urbano, é difícil encontrar comunidades rurais com milhares de habitantes, tendo menor densidade populacional que o meio urbano.

A análise das características sociais permite a Sorokin et al. (1981) definir os restantes critérios: heterogeneidade, complexidade, mobilidade social, migração e integração social. Para eles a população rural que possui, em geral, características sociais mais similares, sejam elas língua, crenças, tradições ou comportamento, podendo ser definida como uma sociedade mais homogênea. Diferentemente nos aglomerados urbanos há maior heterogeneidade entre os indivíduos. Os centros urbanos são também mais complexos, consequência de uma diferenciação social mais evidente que no meio rural.

A mobilidade social, sétimo critério, é diferenciada entre mobilidade territorial e ocupacional. Considerando o número médio de mudanças per capita, é possível afirmar que a mobilidade territorial é maior no meio urbano que no rural. Com uma menor variedade de ocupações no meio rural, a mobilidade ocupacional é também menor do que na cidade.

Usando os fluxos migratórios como elementos discriminatórios, Sorokin et al. (1981) lembram que, excluindo os momentos de guerra ou catástrofes, a migração no sentido rural-urbano é muito mais frequente do que a na direção contrária. Toda sociedade que passou por um processo de industrialização, por consequência, passou também por um processo de urbanização e, sendo assim, por um processo de êxodo rural, dado que a população do campo buscava nas áreas urbanas melhores condições de vida, melhores salários, empregos, moradia etc.

A integração social é o nono, e último, critério a ser analisado. Dado que as áreas rurais tendem a ter uma maior extensão territorial, uma menor densidade populacional e pouca mobilidade, a interação entre os indivíduos acaba sendo menor do que a que acontece no meio urbano.

A visão de um continuum entre os meios rural e urbano trabalha com cenários de integração, dada a ausência uma nítida separação entre os dois. Começando com uma análise do meio urbano, Wanderley (2001) o representa como o polo mais dinâmico que, juntamente com a expansão territorial necessária para acomodar uma população crescente, se expande a ponto de ocupar o espaço antes tipicamente rural. A aproximação entre os meios, enfatizada na abordagem continuum, não significa a perda de suas especificidades e peculiaridades.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Na mesma direção, Silva (1999, p. 1) aponta que “o meio rural só pode ser entendido como sendo um continuum do urbano”, isso porque o autor acredita que por conta do processo de industrialização o meio rural foi “contaminado” pelas práticas urbanas. Do ponto de vista espacial e da organização das atividades econômicas os meios se mesclam, não é mais possível associar o rural com agricultura e pecuária, assim como não é mais possível limitar o meio urbano apenas à atividade industrial.

Há, porém, quem como Siqueira e Osório (2001) acreditam que a abordagem do continuum deve ser aplicada com certa cautela já que a relação entre rural e urbano depende de onde estão localizados, sendo mais apropriada para os países desenvolvidos ou determinadas regiões de países subdesenvolvidos. Para elas em países ou espaços rurais muito pobres não é possível identificar essa relação de sobreposição entre os meios rurais e urbanos. No Brasil essa abordagem é mais apropriada para os espaços rurais próximos de grandes centros urbanos.

Grammont (2005) também se aproxima de Silva (1999) ao optar para enfatizar a continuidade entre os dois espaços. Ele acredita que continuum do urbano no rural é o resultado da presença de ocupações não agrícolas feitas no campo, assim como das migrações que permitem a criação de redes sociais e a reconstrução de parte das comunidades rurais quando estas se unem novamente no meio urbano, construindo a chamada comunidade transnacional.

Dificultando ainda mais a construção do consenso na definição dos meios rural e urbano, Fernandes e Pontes (2002) questionam a denominação “urbanização do campo”. Eles acreditam que nessa denominação está implícita uma dominação do meio urbano sobre o rural, mas não há meio dominante quando se discute a influência de um sobre o outro. Os autores ainda defendem o continuum, contudo rejeitam a ideia proposta por Silva (1999) que afirma que o rural é um continuum do urbano.

Lembrando que a realidade está em contínua transformação, Kageyama (2004) ressalta que o espaço rural se encontra em constante mudança, podendo ser incluída no grupo de autores que acreditam que não somente o espaço físico se modifica, mas também os elementos definidores do que é o rural e o urbano. O grande desafio é entender como essas mudanças são incorporadas aos estudos sobre meio rural, de que forma adaptar as metodologias de determinação do espaço rural para que se apresente a evolução desse espaço de forma clara e fidedigna.

Reis (2006), entre outros, também enfatiza a importância de considerar as transformações naturais e antropológicas que ocorrem ao longo do tempo e, principalmente, as consequências geradas nos métodos e discussões a respeito das definições de espaço urbano e rural. Em seu trabalho o autor acredita que uma abordagem dicotômica coube, em determinado momento, na discussão da relação entre rural e urbano, mas a partir do momento no qual as transformações se intensificaram não é mais possível manter essa dicotomia.

Com uma linha que defende, em parte, a abordagem da dicotomia Abramovay (2003), por exemplo, caracteriza o espaço rural a partir de três aspectos: a) relação do meio com a natureza; b) o papel da densidade populacional; e c) as relações de dependência. Na contribuição deste autor, assim como na de Sorokin et al. (1981), as diferenças ambientais são as caracte-



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

terísticas essenciais na diferenciação dos dois espaços, enfatizando o contato e a dependência mais diretos do espaço rural com a natureza. Outro ponto de contato entre os estudos é reconhecer a menor densidade populacional dos espaços rurais. Mesmo descrevendo duas realidades separadas por quase 70 anos (Sorokin et al. descrevem o cenário rural do meado da década de 30), Abramovay ainda caracteriza o meio rural como um espaço com comunidades isoladas dada as grandes propriedades de terra. Enfim, no último critério Abramovay (2003) se aproxima da abordagem de continuum, isso porque se refere às características e à importância das relações de dependência entre os espaços rural e urbano. O autor, reconhecendo as mudanças ocorridas ao longo do tempo, ressalta que o meio rural se distanciou da função básica de fornecimento de alimento e matéria prima para o meio urbano.

Enfim, as diferentes definições e discussões em torno da definição de espaço rural são praticamente inesgotáveis (KAGEYAMA, 2004). Se há alguma continuidade, como por exemplo a menor densidade populacional típica do espaço rural, há também várias diferenças. Por exemplo, com a modernização da agricultura as grandes propriedades não são mais a forma principal de organização produtiva. Além disso, as plantas industriais foram se deslocando em espaços rurais, modificando a estrutura produtiva e reduzindo a diferença cultural entre campo e cidade (KAGEYAMA, 2004). O adjetivo rural, portanto, não pode mais ser usado como sinônimo de agrícola.

Silva (1999) introduziu o termo “Novo Rural” exatamente porque é cada vez mais difícil exemplificar e discutir o campo e a cidade de forma dicotômica. O processo de urbanização alcançou muitas áreas rurais (normalmente não agrícolas) e o autor define o novo rural como uma extensão do urbano. Então, a delimitação dos chamados perímetro urbano e perímetro rural se torna cada vez mais complexa.

Apesar de um cenário sem total consenso e de ampla discussão, a definição técnica de urbano e rural adotada pelo IBGE se fundamenta no critério político administrativo. No Censo Demográfico de 2010 o IBGE classificava um domicílio como urbano quando localizado dentro do perímetro urbano das cidades ou vilas. Por consequência, todo domicílio fora dessa delimitação espacial era considerado como rural.

A urbanização de espaços rurais foi objeto de uma investigação do IBGE cujos resultados foram publicados no estudo “Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil” (IBGE, 2017). Esse estudo aponta que esse fenômeno transforma não só o espaço físico, como também agrega novas ferramentas, métodos e técnicas na produção rural. Por estes motivos, o IBGE propôs uma nova caracterização dos espaços rurais e urbanos brasileiros que deverá ser aplicado no Censo Demográfico previsto para 2020. A nova classificação leva em consideração a densidade demográfica, a localização em relação aos centros urbanos e o tamanho da população. E, a partir desse novo método os municípios se enquadrariam não somente nas categorias de rural e urbano, mas também naquela de municípios intermediários.

Em síntese, a população rural brasileira está progressivamente se ocupando mais de atividades não relacionadas à agricultura. São cada vez mais recorrentes atividades que, anteriormente, eram desenvolvidas somente na urbe, dado que os setores secundário e terciário



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

também chegam ao meio rural graças ao processo de expansão da mancha urbana. Todas transformações pelas quais os meios rural e urbano passaram ao longo dos anos caracterizam o contexto atual. O êxodo rural levou, e ainda leva, diversas pessoas do campo para a cidade, isso porque na área rural a diversidade de atividades econômicas é limitada.

Como vimos mesmo com uma vasta literatura sobre o tema, continua sendo importante realizar estudos para poder identificar ao menos um conjunto de características típicas de cada espaço, especialmente quando se pensa em formular propostas ou realizar ações para promover o desenvolvimento de uma região.

2.2 Desenvolvimento rural sustentável

Em todas as regiões do Brasil há espaços rurais nos quais as perspectivas de desenvolvimento permanecem inteiramente ligadas à exploração mais produtiva de recursos naturais, isto é, à maior eficiência em atividades agropecuária, florestal, mineral ou pesqueira. Mas também nelas há espaços rurais cujas chances de desenvolvimento pouco têm em comum com as atividades primárias. Em alguns, as saídas dependem da possibilidade de atrair investimentos industriais. Em outros, estão mais diretamente vinculadas à capacidade de oferecer serviços a consumidores de alta renda, atraídos pelas riquezas naturais que tendem a ser cada vez mais valorizadas: ar puro, água limpa, belas paisagens e silêncio (VEIGA, 2001, p.193).

O debate em torno do desenvolvimento rural é considerado por Stége e Parré (2013) como crescente e oportuno, pois é perceptível um maior esforço e interesse em mostrar as desigualdades territoriais que se estabeleceram ao longo do tempo. Ploeg et al. (2000) afirmam que a falta de um consenso entre os estudos referentes ao desenvolvimento rural se dá devido ao fato de que esse conceito está em plena construção.

As primeiras teorias buscavam explicar os processos de mudanças sociais, alterações tecnológicas e suas implicações para a população rural. Navarro (2001) classifica essas primeiras teorias como importantes preconizadores da intensificação tecnológica e da utilização de insumos mais modernos pelos produtores, com intuito de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, elevar a renda.

Alguns autores definem o desenvolvimento rural como um processo com múltiplas dimensões: dimensões econômica, sociocultural, político institucional e ambiental, além do crescimento puramente econômico (PLOEG et al., 2000; CONTERATO, 2008; KAGEYAMA, 2008). A discussão em torno da definição do desenvolvimento rural tem se modificado com o passar do tempo e com a evolução dos estudos nessa área, contudo Navarro (2001) identifica que todas as definições estão relacionadas ao bem-estar da população residente da área rural.

Kageyama (2006), por exemplo, enfatiza que o desenvolvimento rural é um processo que engloba vários níveis, atores e faces. Por se tratar de um processo muito complexo o desenvolvimento rural necessita do que a autora chamou de “multi-atores”, isto é, a população rural envolvida nesse processo não está presente somente em grande quantidade, mas com uma grande variedade de funções, que se relacionam localmente e que também buscam formar redes globais. As várias faces do desenvolvimento rural citadas por Kageyama (2006) são



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

representadas por novas práticas e atividades econômicas, por exemplo: conservação da natureza, agro turismo, agricultura orgânica, entre outras.

O mesmo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2013) na definição do desenvolvimento rural vai além da modernização agrícola, industrial ou urbanização do campo, para incluir a criação de capacidades, sejam elas humanas, políticas, técnicas, de gestão, ou culturais que deem à população rural o poder de ação para mudar sua própria condição de vida.

Na busca de fatores essenciais para o descrever o desenvolvimento rural, Veiga (2001) acredita que, primeiramente, é necessário que haja acesso à educação e à terra por parte da população para que, conseqüentemente, a renda aumente e a pobreza possa diminuir. Além disso, um segundo fator relevante é a diversificação da produção agrícola, principalmente para satisfazer as necessidades locais e intensificar a troca entre os moradores da área rural específica (dado que diferentes indivíduos podem cultivar diferentes tipos de alimento). Aproveitar da vantagem da proximidade foi o terceiro fator apresentado por Veiga (2001). Ele acredita que as características territoriais dos espaços rurais permitem uma maior concentração das atividades num menor espaço. E, por último, ressalta a necessidade de dispor de instituições fortes e comprometidas que permitam e incentivem a valorização do território rural levando-o assim ao desenvolvimento.

Schneider (2010, p. 514-515), por sua vez, na busca de fatores “de fundamental importância para a construção de uma nova percepção ou visão sobre o significado do desenvolvimento rural” atribui um papel fundamental à agricultura familiar. Segundo o autor este é um excelente modelo econômico, social e produtivo para a sociedade. É importante ressaltar que somente na metade dos anos 90 que a agricultura familiar foi reconhecida como uma categoria política, o que gerou uma série de discussões e estudos sobre o tema, trazendo assim uma legitimidade muito grande a essa forma de organização produtiva.

O autor acredita que é de suma importância a utilização de recursos locais para estimular o desenvolvimento endógeno no espaço rural. Conseqüentemente as ações que ocorrem dentro do espaço rural e seus relacionamentos criam redes complexas de comunicação e serviços. Nesse ambiente, Schneider (2010) reconhece a importância das políticas públicas que beneficiam a agricultura familiar como elemento de promoção do desenvolvimento rural.

Por fim, o quarto fator engloba as discussões que relacionam desenvolvimento rural com a sustentabilidade ambiental. O autor afirma que esse ponto vai muito além da esfera rural, dado que a discussão sobre sustentabilidade é anterior ao fenômeno de intensificação das discussões em torno do desenvolvimento rural. A sustentabilidade ambiental é também a junção de temas que provém da discussão social, política e intelectual (SCHNEIDER, 2010).

A partir dessa discussão é possível afirmar que o desenvolvimento rural é caracterizado por uma multiplicidade de dimensões e atores e que também oferece oportunidades para promover um desenvolvimento socialmente, economicamente e ambientalmente justo, que ajude na erradicação da pobreza, mas que ainda permita a preservação de recursos naturais. Em outras palavras, um desenvolvimento sustentável.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Desde a sua primeira aparição oficial, no Relatório Our Common Future da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991), o conceito de desenvolvimento sustentável teve nas reuniões da ONU um lugar privilegiado. Em 2015, na Cúpula de New York foi aprovada a Agenda 2030 e foram definidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2015). Para determinar os objetivos e metas da Agenda 2030 foram estabelecidos cinco pontos (cinco P) cruciais para o desenvolvimento humano e a preservação do planeta. São eles: Pessoas; Planeta; Prosperidade; Paz e Parceria. Foco principal da nova agenda é erradicar a pobreza e a fome para garantir dignidade e igualdade para todos (Pessoas), em um planeta que deve ser protegido da degradação, através da gestão sustentável dos recursos naturais (Planeta). Perseguindo o desenvolvimento sustentável se quer assegurar a todos uma vida prospera onde o progresso econômico, social e técnico não agrida a natureza (Prosperidade). Para alcançar o desenvolvimento sustentável deve ser promovida uma sociedade, justa, pacífica e inclusiva (Paz). Enfim para implementar a Agenda 2030 são necessários compromisso solidariedade no âmbito global (Parceria).

A integração entre esses cinco P resultou na elaboração dos 17 ODS. Entre eles, o segundo visa “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” (ONU, 2015).

A sustentabilidade aliada ao conceito de desenvolvimento encontra muito pontos de contato com a discussão do desenvolvimento rural, especialmente a partir da multidimensionalidade.

Para a FAO, braço da ONU para a alimentação e a agricultura, o desenvolvimento rural sustentável contribui no combate à fome e pobreza, principalmente quando se incentiva e desenvolve a agricultura sustentável (FAO, 2017). Acredita que com uma produção agrícola que respeita a sazonalidade dos produtos, sem aditivos químicos que danificam o solo, é possível um aumento na produção e um maior acesso a alimentos de qualidade para famílias agrícolas que podem amenizar fome e pobreza.

A revisão de estudos sobre os determinantes do desenvolvimento rural permite ressaltar a relevância dos mesmos para o desenvolvimento sustentável assim como consente identificar as variáveis relevantes que devem ser monitoradas para delinear ações de políticas públicas.

3. Metodologia

A pesquisa realizada é classificada como exploratória, abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica, explica Gil (2007), contempla apenas material já elaborado, como livros e artigos científicos, utilizando-se da contribuição de diversos autores sobre certo assunto.

4. Resultados

A revisão da literatura permitiu ressaltar o consenso da importância de desenvolver o meio rural, porém a discussão mais recente enfatiza grandes obstáculos e dificuldade existentes para realizá-lo de forma sustentável. Por conta disso vários autores se propuseram discutir



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

o desenvolvimento local e sustentável em seus trabalhos, muitos deles utilizaram de metodologias que calculam índices de desenvolvimento aplicados a diferentes locais de estudos.

Os estudos aplicados ao Brasil que foram selecionados encontram-se na tabela 1. A seleção de 10 artigos foi orientada pelo critério de acessibilidade e pela elaboração de um índice multi-dimensional de desenvolvimento rural. Os trabalhos foram publicados entre os anos de 2004 e 2018 (Quadro 1).

Quadro 1 – Trabalhos selecionados

	Autor	Ano	Título	Publicação
1	Kageyama, A.	2004	Desenvolvimento rural: Conceito e medidas	Cadernos de Ciência & Tecnologia
2	Melo, C. O.; Parré, J. L.	2007	Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização	Revista de Economia e Sociologia Rural
3	Amorim, B. P.; Santos, J. A.; Cândido, G. A.	2008	Índice de sustentabilidade municipal e as suas relações com as políticas e ações para geração do desenvolvimento sustentável: um estudo aplicado na cidade de João Pessoa - PB	Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT.
4	Waquil, P.; Schneider, S.; Filippi, E.; Rückert, A.; Rambo, A.; Radomsky, G.; Conterato, M.; Specht, S.	2010	Avaliação de Desenvolvimento Territorial em Quatro Territórios Rurais no Brasil	REDES
5	Macedo, N. M. M. N.; Cândido, G. A.	2011	Índice de desenvolvimento local e suas influências nas políticas públicas: um estudo exploratório no município de Alagoa Grande - PB	Gestão e Produção
6	Martins, M. F.; Cândido, G. A.	2012	Índices de desenvolvimento sustentável para localidades: uma proposta metodológica de construção e análise	Revista de Gestão Social e Ambiental,
7	Parré, J. L.	2013	Interpretando o espaço rural: desenvolvimento, recursos naturais e infraestrutura	Anais do XLI Encontro Nacional de Economia da ANPEC
8	Stége, A. L.; Parré, J. L.	2013	Fatores que determinam o desenvolvimento rural nas microrregiões do Brasil	Confins
9	Frainer, D. M.; Souza, C. C.; Reis Neto, J. F.; Castelão, R. A.	2017	Uma aplicação do índice de desenvolvimento sustentável aos municípios do estado de Mato Grosso do Sul	Interações
10	Silva, J. F. B. A.; Rebouças, S. M. D. P.; Abreu, M. C. S.; Ribeiro, M. C. R.	2018	Construção de um índice de desenvolvimento sustentável e análise espacial das desigualdades nos municípios cearenses	Rev. Adm. Pública

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado no Quadro 2, seis dos artigos focaram num recorte geográfico igual: municípios de uma das Unidades da Federação, dois desenvolveram o estudo privilegi-



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

ando a análise de uma cidade. Os dois restantes optaram por uma seleção de territórios rurais ou para todas as microrregiões brasileiras.

Todos os artigos revisados seguiram uma abordagem multidimensional ao desenvolvimento rural. Variando de um mínimo de 11 (artigo 7) a 45 variáveis (artigo 6), a maioria dos autores optou por classificar as variáveis de acordo com dimensões predeterminada do desenvolvimento. Únicas exceções o segundo e o sétimo artigo (Quadro 2).

Quadro 2: Unidade territorial e dimensões do desenvolvimento dos trabalhos selecionados

	Autor	Ano	Unidade territorial	Dimensões
1	Kageyama, A.	2004	Municípios do Estado de São Paulo (incluindo área rural e urbana)	1) População e migração (4 variáveis) 2) Bem-estar social (4 variáveis) 3) Economia (3 variáveis) 4) Meio ambiente (2 variáveis)
2	Melo, C. O.; Parré, J. L.	2007	Municípios do Estado do Paraná	Sem dimensões pré-determinadas e com 18 variáveis
3	Amorim, B. P.; Santos, J. A.; Cândido, G. A.	2008	Cidade de João Pessoa (PB)	1) Social (13 variáveis) 2) Demográfica (5 variáveis) 3) Econômica (7 variáveis) 4) Político-Institucional (6 variáveis) 5) Ambiental (6 variáveis) 6) Cultural (7 variáveis)
4	Waquil, P.; Schneider, S.; Filippi, E.; Rückert, A.; Rambo, A.; Radomsky, G.; Conterato, M.; Specht, S.	2010	Quatro territórios rurais brasileiros	1) Social (6 variáveis) 2) Demográfica (4 variáveis) 3) Político-Institucional (5 variáveis) 4) Econômica (7 variáveis) 5) Ambiental (6 variáveis) 6) Cultural (5 Variáveis)
5	Macedo, N. M. M. N.; Cândido, G. A.	2011	Cidade de Alagoa Grande (PB)	1) Social (13 variáveis) 2) Demográfica (5 variáveis) 3) Econômica (7 variáveis) 4) Político-Institucional (7 variáveis) 5) Ambiental (6 variáveis) 6) Cultural (7 variáveis)
6	Martins, M. F.; Cândido, G. A.	2012	Estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal, e Municípios do Estado da Paraíba	1) Social (13 variáveis) 2) Demográfica (5 variáveis) 3) Econômica (7 variáveis) 4) Político-Institucional (6 variáveis) 5) Ambiental (6 variáveis) 6) Cultural (7 variáveis)
7	Parré, J. L.	2013	Municípios do Estado do Paraná	Sem dimensões pré-determinadas e com 11 variáveis
8	Stége, A. L.; Parré, J. L.	2013	Microrregiões do Brasil	1) Social (4 variáveis) 2) Demográfica (2 variáveis) 3) Político-Institucional (3 variáveis) 4) Econômica (8 variáveis) 5) Ambiental (5 variáveis)



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

9	Frainer, D. M.; Souza, C. C.; Reis Neto, J. F.; Castelão, R. A.	2017	Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul	1) Social (12 variáveis) 2) Econômica (5 variáveis) 3) Ambiental (4 variáveis) 4) Institucional (5 variáveis)
10	Silva, J. F. B. A.; Rebouças, S. M. D. P.; Abreu, M. C. S.; Ribeiro, M. C. R.	2018	Municípios do Estado do Ceará	1) Social (9 variáveis) 2) Ambiental (6 variáveis) 3) Institucional (4 variáveis) 4) Econômica (8 variáveis)

Fonte: Elaboração própria.

Dos oito trabalhos que classificaram as variáveis em diferentes dimensões aparece claramente a importância relativa dos eixos do desenvolvimento já que todos eles contemplaram as dimensões econômica, social e ambiental típicas do desenvolvimento sustentável (FEIL; SCHREIBER, 2017). A componente político institucional não foi considerada somente no primeiro trabalho. Enquanto a cultural foi a dimensão presentes nos artigos 3, 4, 5 e 6 que compartilham a matriz aplicada do estudo (Quadro 3).

Quadro 3: Dimensões de análise compartilhadas nos trabalhos selecionados

Dimensão	1	3	4	5	6	8	9	10
Ambiental								
Cultural								
Demográfica								
Econômica								
Político-Institucional								
Social								

Fonte: Elaboração própria.

Considerando a metodologia usada na elaboração do índice síntese proposto nestes estudos prevalece a aplicação da média aritmética como método de agregação, portanto optando por atribuir a todas as dimensões o mesmo peso, numa visão de sustentabilidade fraca (Silva, 2018). Dos seis artigos que usam a média aritmética somente um utiliza também a média harmônica (quarto artigo). Nos restantes quatro estudos foi aplicada a análise fatorial permitindo então a construção de um índice ponderado das variáveis utilizadas. Desses últimos, um propôs uma análise fatorial juntamente com a análise de cluster (artigo 7) e um adotou uma análise fatorial confirmatória, enquanto os restantes optaram pela análise fatorial de tipo exploratório (Quadro 4).

Quadro 4: Metodologia e principais resultados dos trabalhos selecionados

Metodologia	Agregação	Ponderação	Fontes dos dados	Resultados Principais
-------------	-----------	------------	------------------	-----------------------



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

1	Cálculo do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR)	Média aritmética	Sem ponderação	Censo demográfico de 1991 e 2000 Censo Agropecuário de 1995-96	Residentes rurais do Estado de São Paulo em municípios com : IDR elevado 51,9% IDR médio 31,4% IDR baixo 16,7%
2	Cálculo do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) aplicando a análise fatorial	Análise fatorial	Ponderação dos cinco fatores identificados com base nos escores fatoriais	IBGE IPARDES SEAB/DERAL BACEN CSA/SESA FUNDEPAR RAIS/MTE	Comparação do desenvolvimento rural das mesor-regiões do estado
3	Cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios	Média aritmética	Sem ponderação	Atlas do Desenvolvimento Humano Censo Demográfico DATASUS INEP Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IBGE)	No município de João Pessoa entre todas as dimensões apenas a político-institucional apresentou uma situação de alerta, com as demais variando de aceitável a ideal
4	Cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável e elaboração de Biograma	Média aritmética e média harmônica	Sem ponderação	Atlas dos Territórios Rurais (SDT0 Censo Demográfico (IBGE) DATASUS MDIC Secretaria do Tesouro Nacional Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE) TSE	Avaliação de níveis e padrões de desenvolvimento territorial, numa ótica multidimensional. Análise comparativa
5	Cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável Local	Média aritmética	Sem ponderação	Atlas do Desenvolvimento Humano Censo Demográfico DATASUS INEP Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IBGE)	O município apresenta resultados insatisfatórios em todas as dimensões analisadas
6	Cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios	Média aritmética	Sem ponderação	Atlas do Desenvolvimento Humano Censo Demográfico DATASUS INEP Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IBGE)	Traçaram perfis para orientar a formulação de políticas públicas



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

7	Cálculo do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) aplicando a análise fatorial e modelos econométricos	Análise fatorial exploratória e análise de cluster	Ponderação dos quatro fatores identificados com base nos escores fatoriais	IBGE IPARDES DATASUS	Classificação dos municípios com base no IDR e identificação de clusters espaciais
8	Cálculo do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) aplicando a análise fatorial	Análise fatorial exploratória	Ponderação dos seis fatores identificados com base nos escores fatoriais	DATASUS Contagem Populacional (IBGE) Censo agropecuário de 2006 (IBGE) Perfil Municipal (IBGE) TSE FINBRA INEP RAIS/TEM	Análise do perfil das microrregiões de acordo com o IDR e com cada um dos seis fatores identificados
9	Cálculo de Índice de Desenvolvimento Sustentável Municipal	Média aritmética	Sem ponderação	ANDA DETRAN ENERSUL IBGE IPEA MEC SANESUL Tesouro Nacional	Classificar os municípios como sustentação para a tomada de decisão tanto pública como privada em relação ao desenvolvimento local sustentável
10	Elaboração de um índice de Desenvolvimento Sustentável aplicando a Análise Fatorial Confirmatória	Análise fatorial confirmatória	Pesos obtidos com a Análise Fatorial aplicados às quatro dimensões preestabelecidas	DATASUS IBGE IPECE	A pesquisa revelou que áreas mais urbanas do estado do Ceará apresentam um melhor índice de desenvolvimento sustentável, e confirmou a fragilidade das políticas públicas em promover o equilíbrio regional.

Fonte: Elaboração própria.

Como resultado da pesquisa bibliográfica realizada foi elaborado o quadro 4 onde estão sintetizados metodologia, dimensões, variáveis e tipo de agregação dos textos selecionados.

A princípio nota-se que no referencial de estudos sobre o tema somente Stége e Parré (2013) e Melo e Parré (2007) não fazem uso de dimensões pré-estipuladas para análise das variáveis. Os outros autores, de 2004 a 2018, fazem uso da divisão das variáveis em dimensões: social, ambiental, econômica, institucional ou político-institucional, demográfica e cultural, sendo que a maioria dos estudos faz uso de todas as seis dimensões mencionadas. Silva et al. (2018) afirmam que, sendo sustentabilidade e desenvolvimento dois conceitos multidimensional, é muito importante dividir as variáveis e indicadores de modo que seja possível avaliar todas as dimensões que os espaço estudado engloba.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

O grande consenso da revisão de estudos sobre desenvolvimento sustentável é que todos os autores fazem suas análises a partir da escolha de variáveis e indicadores, normalmente obtidos a partir de grandes pesquisas de órgãos como IBGE, DATASUS, que são responsáveis pelas grandes pesquisas nacionais como Censo Demográfico, Censo Agropecuário, saúde, etc.

Kageyama (2004) traz como contribuição importante o uso das etapas estabelecidas pelo Programa de Desenvolvimento Rural da OCDE (1996 apud KAGEYAMA, 2004) para mapear o desenvolvimento rural. Esta proposta é compartilhada nos estudos de Melo e Parré (2007) e Stége e Parré (2013).

Ao analisar os trabalhos citados anteriormente é possível identificar que mesmo ao longo de aproximadamente 15 anos a discussão que engloba o espaço rural, a sustentabilidade e o desenvolvimento ainda não encontrou um consenso sobre a forma mais adequada de avaliar o desenvolvimento rural sustentável.

A revisão dos estudos permitiu uma ampla variedade de caminhos a serem seguidos para a construção do índice de desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo permitiu observar a contribuição que medidas sintéticas de um fenômeno tão complexo podem ser úteis para diagnosticar problemas e orientar as ações de política pública. A possibilidade de “recuperar” as dimensões agregadas no índice, somente adiciona informação e ajuda focar as ações.

5. Conclusões

1.1 Nesta pesquisa exploratória foi possível identificar como o debate sobre os desafios para definir o meio rural, qual espaço físico, econômico e social em contínua transformação, foi influenciando o IBGE e que deverá ter impacto no próximo Censo Demográfico, com potencial enriquecer nos futuros estudos do rural brasileiro.

1.2 A discussão do desenvolvimento rural permitiu evidenciar como não pode que ser enfrentado com uma visão multidimensional do fenômeno, sendo o rural um espaço em contínua evolução e interação produtiva e social com o meio urbano. Portanto o desenvolvimento rural é relevante na elaboração de política de promoção do desenvolvimento sustentável da nação.

Enfim, a análise comparativa dos artigos selecionados ofereceu a oportunidade de verificar a aplicabilidade de índices sintéticos multidimensionais na avaliação e qualificação do desenvolvimento rural. Instrumento de fácil comunicação, o índice sintético permite recuperar as dimensões constitutivas e, portanto, colaborar para elaborar políticas de promoção do desenvolvimento em modo mais acurado.

6. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. (Org.). *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

ALENTEJANO, Paulo R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. *Terra Livre*, 21, 25-39, 2003. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/3749/1806>

AMORIM, B. P.; SANTOS, J. A.; CÂNDIDO, G. A. Índice de Sustentabilidade Municipal e suas Relações Com as Políticas e Ações para Geração de Desenvolvimento Sustentável: Um estudo aplicado na cidade de João Pessoa-PB. *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT*. Rio de Janeiro: AEDB, 2008. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/553_Artigo%20SEGET.pdf

BOULANGER, P.M. Sustainable development indicators: a scientific challenge, a democratic issue. *S.A.P.I.E.N.S Surveys and Perspectives Integrating Environment and Society*, 1(1), 45-59, 2008. Disponível em <http://sapiens.revues.org/166>

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

CONTERATO, M. A. *Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - UFRGS, 2008.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Iniciativa regional da FAO aponta agricultura familiar como promotora do desenvolvimento rural sustentável e a agenda 2030*. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1043666>

FEIL, A.A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(3), 667-681, 2017. doi: [10.1590/1679-395157473](https://doi.org/10.1590/1679-395157473)

FERNANDES, B. M.; PONTES, K. F. da. As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. *Terra Livre*, 18(19), 113-126, 2002. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/161/149>

FRAINER, D. M.; SOUZA, C. C.; REIS NETO, J. F.; CASTELÃO, R.A. Uma aplicação do Índice de Desenvolvimento Sustentável aos municípios do estado de Mato Grosso do Sul. *Interações* (Campo Grande), 18(2), 145-156, 2017. doi: 10.20435/inter.v18i2.1524

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2007.

GRAMMONT, H. C. *El concepto de nueva ruralidad*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil*. Rio de Janeiro: CDDI, 2017. 83 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 21(3), 379-408, 2004.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: Schneider, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

KAGEYAMA, A. *Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

MACEDO, N. M. M. N.; CÂNDIDO, G. A. Índice de Desenvolvimento Sustentável Local e suas influências nas políticas públicas: um estudo exploratório no município de Alagoa Grande – PB. *Gestão e Produção*, 18(3), 619-632, 2011. doi: [10.1590/S0104-530X2011000300013](https://doi.org/10.1590/S0104-530X2011000300013)

MARQUES, M. I. M. O Conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, 18(19), 95-112, 2002. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/160/148>

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. Índices de desenvolvimento sustentável para localidades: Uma proposta metodológica de construção e análise. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 6(1), 3-19, 2012. doi: [10.24857/rgsa.v6i1.229](https://doi.org/10.24857/rgsa.v6i1.229)

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Desenvolvimento Rural*. 2013. Disponível em: <https://www.mda.gov.br/>

MELO, C. O.; PARRÉ, J. L. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 45(2), 329-365, 2007. doi: [S0103-20032007000200005](https://doi.org/S0103-20032007000200005)

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, 15(43), 83-100, 2001. Doi: [10.1590/S0103-40142001000300009](https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009)

ONU - Organização das Nações Unidas. *Transforming our World: the 2030 Agenda for Sustainable Development*, 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication>

PARRÉ, J.L. Interpretando o espaço rural: desenvolvimento, recursos naturais e infraestrutura. In: *Anais do XLI Encontro Nacional de Economia* (ANPEC), 2013. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i11-43de5124a91cca65907330f380395d1b.pdf

PINTÉR, L.; HARDI, P.; MARTINUZZI, A.; HALL, J. Bellagio STAMP: Principles for sustainability assessment and measurement. *Ecological Indicators*, 17, 20-28, 2012. doi:10.1016/j.ecolind.2011.07.001

PLOEG, J. D. V. D.; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARSDEN, T.; ROEST, K.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; VENTURA, F. Rural development: From practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, 40(4), 497-511, 2000. doi: 10.1111/1467-9523.00156

REIS, D. S. O rural e urbano no Brasil. In: *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (ABEP). Caxambu: ABEP, 2006. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1492>

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, 30(3), 511-531, 2010. doi: [10.1590/S0101-31572010000300009](https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009)

SILVA, J. G. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

SILVA, M.R. A influência do pensamento econômico na ideia de sustentabilidade e suas implicações para a percepção e conservação do mundo natural. *In: Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 46, 334-356, 2018. doi: [10.5380/dma.v46i0.55806](https://doi.org/10.5380/dma.v46i0.55806)

SILVA, J. F. B. A.; REBOUÇAS, S. M. D. P.; ABREU, M. C. S.; RIBEIRO, M. C. R. Construção de um índice de desenvolvimento sustentável e análise espacial das desigualdades nos municípios cearenses. *Revista de Administração Pública*, 52(1), 149-168, 2018. doi: [10.1590/0034-7612163114](https://doi.org/10.1590/0034-7612163114)

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. O conceito de rural. *In: GIARRACCA, N. (org.). Una nueva ruralidad em America Latina?* Buenos Aires: CLACSO, p.67-79, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929012130/5osorio.pdf>

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. *In: MARTINS, J. S. Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, p. 198-224, 1981.

STÉGE, A. L.; PARRÉ, J. L. Fatores que determinam o desenvolvimento rural nas microrregiões do Brasil. *Confins [online] Revista Franco-Brasileira de Geografia*, 19, 2013. doi: [10.4000/confins.8640](https://doi.org/10.4000/confins.8640)

VEIGA, J. E. da. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

WANDERLEY, M.N.B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In: GIARRACCA, N. (org.). Una nueva ruralidad em America Latina?* Buenos Aires: CLACSO, p. 31-44, 2001. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929011629/3wanderley.pdf>

WAQUIL, P., SCHNEIDER, S., FILIPPI, E., RÜCKERT, A., RAMBO, A., RADOMSKY, G., CONTERATO, M., SPECHT, S. Avaliação de Desenvolvimento Territorial em Quatro Territórios Rurais no Brasil. *REDES*, 15(1), 104 - 127, j2010. doi: 10.17058/redes.v15i1.48

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

8. Formatação

O trabalho deve ser formatado da seguinte forma: margens esquerda e superior com 3 cms e direita e inferior com 2 cms; Fonte: Times New Roman 12; Espaçamento: simples; Número de páginas: de 8 a 16.

Serão aceitos somente os trabalhos que utilizarem este *template*, forem salvos no formato PDF e submetidos em duas versões: com e sem a identificação dos autores.